

DIÁLOGO COM BRADLEY EM A REFUTAÇÃO DO IDEALISMO DE MOORE

DIALOGUE WITH BRADLEY IN MOORE'S THE REFUTATION OF IDEALISM *

MARCOS AMATUCCI **
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO, BRASIL

Resumo: No seu texto *A Refutação do Idealismo*, (Moore, 1903) faz, primeiro, uma análise lógica da proposição *esse é percipi* pois considera-a o fundamento da crença idealista de que o universo é espiritual. Após demonstrar a inconsistência lógica da proposição, Moore, ao invés de dar o artigo por encerrado, dá uma guinada fenomenológica e passa a discutir a fenomenologia da percepção idealista que identifica o perceber com o percebido. Por que Moore julga necessário complementar sua análise lógica com uma análise fenomenológica? O texto carrega passagens pouco claras, e julgamos que o diálogo com Bradley é a chave para o entendimento dessas passagens. Assim, este estudo levanta as hipóteses de que Moore, na segunda parte da Refutação, dirige sua artilharia contra argumentos específicos de Bradley, e assim indiretamente contra o hegelianismo inglês, à procura de uma brecha para concluir contra o princípio de imanência.

Palavras-chave: Filosofia analítica, Idealismo, hegelianismo, Moore, Bradley.

Abstract: In his paper *The Refutation of Idealism* (Moore, 1903) firstly performs a logical analysis of the proposition *esse is percipi*, considering it the foundation of the idealist belief that the universe is spiritual. After demonstrating the logical inconsistency of the proposition, Moore, instead of ending the paper, goes through a phenomenological turn in order to discuss the idealist's phenomenology of perception. Why does Moore judge necessary to complement his logical analysis with a phenomenological one? The text has some not very clear parts, and we judge that the dialogue with Bradley is the key to the understanding of such parts. In this way, this study advance the hypothesis that Moore, in the second part of his *Refutation*, points his artillery against specific arguments from Bradley, and, indirectly, against the English Hegelianism, searching for a breach in order to conclude against the principle of immanence.

Keywords: Analytic Philosophy, Idealism, Hegelianism, Moore, Bradley.

* Artigo recebido em 08/12/2015 e aprovado para publicação pelo Conselho Editorial em 25/12/2015.

** Doutor em Administração pela Universidade de São Paulo. Doutorando em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/2538668989160393> E-mail: marcosamatucci@espm.br.

1. Introdução

Publicado pouco antes de *On Denoting*, de Russell, o *paper* de Moore discute, em sua primeira parte, as ambiguidades da expressão *esse est percipi*, através da análise lógico-semântica da proposição, chamando a atenção para o problema que irá demandar a formalização simbólica da Lógica em Russell e Frege.

O artigo de Moore tem duas partes claramente distintas, separadas por um parágrafo do próprio Moore indicando uma guinada em sua argumentação. Na primeira parte, o texto discute as ambiguidades da proposição *esse est percipi*. Na segunda, discute uma teoria da percepção com elementos da psicologia como ato mental e conteúdo. Não é claro a partir do próprio texto porque Moore, uma vez tendo refutado logicamente a proposição que, segundo ele, está na base da tese idealista de que o universo é espiritual, decide prosseguir por outros caminhos. Nossa hipótese é a de que não é possível compreender o texto de Moore sem considerar o contexto em que a discussão está inserida, em particular, argumentos específicos de Bradley, cujo idealismo Moore foi tributário no início de sua carreira.

A estrutura deste estudo é como se segue: primeiro apresentamos, resumidamente (pois não é nosso foco), a argumentação lógica de Moore na primeira parte do seu artigo. Em seguida analisamos mais detalhadamente a argumentação fenomenológica de Moore, na segunda parte de seu artigo, comparando com as respectivas idéias de Bradley tal como aparecem na segunda edição de seu *Aparência e Realidade* (Bradley, 1899) e em seu artigo para a revista *Mind*, *Consciência e Experiência* (Bradley, 1893), no qual este responde a Ward. Finalmente, argumentamos que a dimensão fenomenológica visa dar substância à refutação do princípio de imanência, explicitada pelo próprio Moore na última parte de seu texto.

2. A refutação lógica de *esse est percipi*

O idealismo sustenta a tese de que o universo é espiritual. Moore pretende refutar uma das premissas desta tese, a de que *esse est percipi* (ser é ser percebido). Moore chega da primeira à segunda da seguinte maneira: todo argumento utilizado para justificar que o universo é espiritual tem como premissa “ser é perceber”. O raciocínio idealista segundo Moore é o seguinte:

1. O que é, é experienciado
 - a. Se algo é mas não é experienciado por mim, então...
 - b. ...necessariamente é objeto de alguma experiência

2. Um objeto implica um sujeito
 - a. Se o mundo é um objeto, então...
 - b. ...pertence à experiência de algum sujeito
3. Se o pensamento entra na essência da realidade; então devemos conceber um espírito (semelhante ao nosso) que pensa.

Em seguida Moore observa que *esse é percipi* é uma frase ambígua. Cabe proceder a uma desambiguação analisando-se os possíveis significados, e a relevância de cada um deles.

a) Ambiguidade em “ser percebido”: originalmente refere-se apenas à “sensação”; contemporaneamente refere-se a “sensação” mais “pensamento”. Moore denomina então “ser experienciado” ao que há em comum entre sensação e pensamento.

b) Ambiguidade da cópula “é”: a cópula carrega três significados possíveis: (1) os termos são sinônimos: se este fosse o significado, seria desimportante (“ser percebido” não é um bom sinônimo de “ser”). (2) trata-se de uma predicação indicando parte: “ser” é “ser percebido” e algo mais, ou seja, “ser percebido” é analiticamente essencial a “ser” mas não tudo. Isto leva a que ser real implica em ser percebido mas ser percebido não implica em ser real. Esta segunda interpretação tem como implicações importantes: (2.1) se uma coisa for percebida e tiver todos os demais atributos então “foi percebida”; e (2.2) não se pode inferir que “foi experienciado” exceto se “for experienciado” e todo o resto. (3) Se “ser percebido” (p) é parte de “ser” (E) mas não igual a seu todo, então existe um x tal que $x = E - p$ (isto é, existe uma parte do todo ser que não é ser percebido). Neste sentido *esse é percipi* será importante se (i) sempre que se tiver x tiver também p ou (ii) toda a vez que algo tiver a propriedade x tiver também a propriedade p.

Moore conclui que o sentido importante de “ser é ser percebido” é o de uma predicação *analítica* onde “ser percebido” é parte de um todo orgânico “ser” que “possui” “ser percebido” e outras propriedades “x”; e x implica p.

Moore então utiliza o “artifício demonstrativo” de fazer $E = x$, ou seja, a primeira parte da cópula possui *por construção* apenas a parte do todo “ser” que não é “ser percebido”. Agora “ser é ser percebido” passa a ser uma cópula de dois elementos distintos, de caráter *sintético*. Moore argumenta que apenas nesta forma *esse é percipi* pode ser uma proposição tão relevante quanto sustentam os idealistas.

Colocada nestes termos (isto é, nos termos de uma proposição sintética onde o predicado não está contido no sujeito), a proposição *esse é percipi* ou é uma verdade tautológica (e portanto desimportante) ou é uma importante falsidade, pois implicaria numa autocontradição¹.

Só faz sentido aos idealistas sustentarem a proposição em sua forma sintética se não acreditarem que os elementos são realmente distintos. Por que acreditam tratar-se de uma proposição analítica provada pelo princípio da contradição. Ou seja, idealistas falham em ver que sujeito e objeto são distintos. Moore chega a esta conclusão retomando a discussão sobre analiticidade, que segundo ele foi perdida gerando confusão na filosofia. O raciocínio de Moore é o seguinte:

(a) Até Kant, as verdades necessárias eram consideradas analíticas e podiam ser provadas pelo princípio da contradição.

(b) Idealistas provavelmente acreditam na existência de verdades necessárias analíticas e sintéticas.

(c) Se identificarmos “analítica” com “provada pelo princípio da contradição somente”, e “sintético” com “o que não pode ser provado somente pelo princípio da contradição” então temos que nenhuma verdade pode ser simultaneamente analítica e sintética.

(d) Sugere que os idealistas sustentam a doutrina da relação do sujeito com o objeto da experiência porque acreditam tratar-se de verdade analítica que pode ser provada somente pelo princípio da contradição.

(e) Isto é, falham em ver que sujeito e objeto são distintos.

Os Idealistas identificam amarelo com a sensação de amarelo, o que já é uma contradição, mas difícil de notar (pois não se está consciente do que “experiência” significa). Para o idealista, afirmar que amarelo é necessariamente um objeto da experiência é afirmar que o amarelo é necessariamente amarelo. Porém, amarelo e experiência também são distintos, senão a afirmação de que amarelo é sensação seria desnecessária. Portanto, o argumento tanto afirma quanto nega que amarelo e sensação de amarelo são distintos.

E neste ponto, após demonstrar a contradição lógica da proposição *esse é percipi*, Moore anuncia uma virada e passa à análise epistemológica:

Eu demonstrei então, até agora, que quando o idealista afirma o importante princípio ‘Esse é percipi’ ele deve, se for para ser verdade querer dizer com isto que: o que quer que seja que é

¹ A valoração das proposições idealistas como falsas *porque* autocontraditórias, já sugere um subtexto dialógico com Bradley: “Bradley’s great critical weapon, from the very beginning, is the accusation of self-contradiction. He has a faith in logic (...) which is rare in English philosophy.” (Passmore, 1966).

experienciado também deve ser experienciado. E eu mostrei também que ele pode identificar com, ou dar como razão para esta proposição uma que deve ser falsa, porque é autocontraditória. Mas neste ponto eu proponho fazer uma parada completa no meu argumento. (...) Eu passo então, da questão desinteressante ‘esse é percipi?’ para a ainda mais desinteressante e aparentemente irrelevante questão ‘o que é uma sensação ou ideia?’. (Moore, 1903) pp. 443-444 [nossa tradução²].

A conclusão da análise lógica só pode ter caráter epistemológico. Mas para concluir, como Moore o fará adiante, contra o princípio da imanência, é necessário ir além da análise epistemológica e adentrar a fenomenologia da percepção.

3. Fenomenologia da percepção³ e diálogo com Bradley

Moore então passa da pergunta “é ser ser percebido?” para a pergunta “o que é uma sensação ou ideia?” O centro do argumento é a sensação de cores – qualidades secundárias, uma vez que, se é que ocorram divergências entre os próprios idealistas sobre a existência e ou independência das qualidades primárias, sobre as secundárias não as há: estão todos de acordo em identificá-las com a sensação.

A estratégia argumentativa de Moore consiste em tomar duas sensações (a de verde e a de azul) e compará-las: (a) a sensação de verde é diferente da sensação de azul; (b) não obstante são ambas sensações; (c) portanto, sensação de azul tem um elemento em comum com sensação de verde, e um elemento diferente; (d) portanto, a sensação de uma cor envolve dois elementos; (e) Moore denomina “consciência” ao elemento comum às duas sensações e “objeto” ao elemento que diferencia uma sensação da outra.

Em seguida Moore pergunta: quando a sensação de azul existe em meu espírito, o que existe (i) é a consciência de azul somente; (ii) o azul somente; ou (iii) a consciência de azul e o azul.

Moore observa então que a consciência, que é a parte em comum entre a sensação de verde e a sensação de azul, tem que existir se a sensação existe. As alternativas restantes são portanto

² Nesta e em todas as demais citações literais a tradução é de nossa responsabilidade, e assim passamos a omitir a informação repetidamente.

³ Por “fenomenologia da percepção” queremos dizer análise fenomenológica da percepção; Moore não usa nem um nem outro termo. Se é que a expressão do subtítulo tem alguma vantagem, é a da concisão; e isto é tudo o que esperamos dela.

(i) e (iii), pois o azul somente, sem consciência, não tem o elemento necessário para constituir uma sensação.

Novamente afirma que identificar essas alternativas (consciência com consciência mais azul) é um erro autocontraditório.

Analisemos esta reivindicação de autocontradição de Moore: afirmar que azul é o mesmo que consciência de azul significa afirmar que:

1) Ou que azul é o mesmo que azul mais consciência de azul: mas isto seria tomar uma parte pelo todo que inclui outras partes além desta.

2) Ou afirmar que azul é o mesmo que consciência: mas isto seria tomar a parte em comum entre sensação de verde e sensação de azul com a parte que as diferencia).

Tanto em 1) quanto em 2) o resultado é uma (auto) contradição. Trata-se obviamente de uma análise lógica, a única que pode apelar para o princípio da não-contradição. Voltemos à linha de raciocínio de Moore:

E neste ponto eu não preciso ocultar minha opinião de que nenhum filósofo jamais teve sucesso em evitar este erro auto contraditório que os resultados mais impactantes de ambos Idealismo e Agnosticismo foram apenas obtidos por identificar azul com a sensação de azul: que *esse* é tido como sendo *per se*, somente porque o que é experienciado é tido como sendo idêntico à sua experiência. Que Berkeley e Mill cometeram este erro será talvez garantido: que os idealistas modernos cometem este erro parecerá, espero mais provável adiante (...)" (Moore, 1903) p. 445.

Compare-se esta passagem com a argumentação de Bradley (certamente um dos “idealistas modernos” a que Moore se refere).

“Porque se, procurando pela realidade, vamos à experiência, o que certamente **não** encontramos é um sujeito ou um objeto, ou de fato qualquer outra coisa que seja, sustentando-se separada e sobre seu próprio fundamento. O que nós descobrimos, em vez disso, é um todo dentro do qual distinções podem ser feitas, mas no qual divisões não existem. E este é o ponto no qual eu insisto, e é o próprio fundamento sobre o qual eu me sustento, quando insisto que realidade é experiência sensível. Eu quero dizer que ser real é ser uma coisa indissolúvel com a sensação. (...) E o que eu repudio é a separação do sentimento do que é sentido, ou do que é desejado do desejo, ou o que é pensado do pensamento, ou a divisão – devo acrescentar – de qualquer coisa de qualquer outra coisa. (Bradley, 1899) p. 146 [nossa tradução; grifo original em itálico].

Bradley claramente fala a partir de uma relação hegeliana entre todo e partes: poucas páginas antes dessa falava da unidade do Absoluto. E assim como todas as outras coisas são

todos indissolúveis, também o são a unidade entre sensação e “o que é sentido”, e faz dessa noção de todo e partes a base de sustentação de seu próprio *esse é percipi* “moderno”.

Em Consciência e Experiência, Bradley discute com Ward sobre a identificação da primeira com o segundo.

Bradley critica o que considera um pressuposto não discutido e não evidente em Ward: a identificação da consciência com a experiência, que é o mesmo que Moore aqui critica, porém, de um ângulo completamente diferente. O que Bradley quer refutar é que consciência e experiência estejam em relação. O raciocínio de Bradley é o seguinte: quando se identifica consciência com experiência, pressupõe-se a existência de ambas as coisas e de uma relação entre elas. Tal seria inconsistente por três motivos:

1. A consciência em relação com a experiência, a consciência como “consciência de”, e a relação entre elas:

a. Os termos consciência e experiência:

i. Se a consciência for dada junto com a experiência, no sentido de que a segunda é objeto da primeira, esta, ao ser dada, será também “objeto”:

“O principal pressuposto parece ser a identificação de experiência com consciência. Mas, se por consciência entendemos o ser de um objeto para um sujeito, este pressuposto, eu deveria dizer, é no mínimo discutível. Para meu espírito, consciência não é coextensiva com experiência.” (Bradley, 1893) p. 211 .

ii. Pode um termo ser conhecido como parte de uma relação e não existir em si mesmo fora dela? Não, responde, isto seria tomar uma abstração por realidade:

“Mas, novamente, pode um termo ser conhecido apenas como termo de uma relação ou relações, enquanto não é, em nenhum aspecto, conhecido de outra forma? Não, mais uma vez; isto é impossível, e no fim das contas não tem significado. Termos não são nunca constituídos inteiramente por uma relação ou relações. (Bradley, 1893) p. 211 .

b. A relação: uma relação forma um todo que deve, para existir, ser experienciado.

Portanto,

i. Consciência deve implicar autoconsciência, como meio de diminuir os problemas.

ii. Então ambos os termos (consciência e experiência) são dados como objeto à autoconsciência, e neste caso, os problemas não diminuem, mas aumentam:

iii. Ambos os objetos são dados a um sujeito que não é dado.

iv. A *relação* entre consciência e experiência é “algo mais” além dos dois termos, e este “algo mais” não é experienciado.

v. O raciocínio leva a uma regressão infinita.

2. Esta forma de consciência parece irremediavelmente contraditória. Mas, é necessário identifica-la com a experiência?

a. O que acontece conosco quando temos uma sensação é ter um “sentimento” ou um “estado” que é uma unidade.

b. Esta unidade possui um “conteúdo”, que não se diferencia da sensação como um todo:

O que vem primeiro a cada um de nós é antes uma sensação, um estado como ainda desprovido tanto de sujeito quanto de objeto. (...) Sensação é experiência imediata sem distinção ou relação em si mesma. É uma unidade, complexa mas sem relações. E não há aqui diferença entre o estado e seu conteúdo, uma vez que, numa palavra, o experienciado e a experiência são um. (Bradley, 1893) p. 212 [tradução nossa]

c. Bradley conclui que esta unidade exclui a identificação de dois elementos como consciência e experiência.

3. No terceiro argumento, sobre o qual não nos deteremos mais do que o suficiente para concluir o raciocínio, Bradley afirma que a consciência existe como uma sensação subjacente a todas as outras, mas que esta não tem nenhuma relação com os objetos experienciado. Existe portanto uma “consciência” que é sempre “autoconsciência”, mas que não interfere na experiência de objetos.

Trata-se de uma argumentação difícil de combater! Sobre esta visão, van der Schaar comenta: “*Intencionalidade é precisamente o que está faltando nos escritos de Bradley*” (van der Schaar, 2013) p. 145.

Este diálogo com Bradley é, segundo nossa interpretação, o motivo pelo qual Moore afirma, sobre a sensação de azul:

Estar ciente da sensação de azul (...) É estar ciente de uma ciência de azul; ciência sendo usado em ambos os casos exatamente no mesmo sentido. (Moore, 1903) p. 449.

Esta ciência da ciência da sensação é uma espécie de co-intencionalidade: juntamente com a “*consciência de*” azul, temos simultaneamente (coextensivamente) a consciência de que temos a consciência de azul. Não vislumbramos outra significação possível para esta passagem.

Também é a Bradley que Moore se dirige quando analisa o significado de “conteúdo” de uma sensação (vide item 2.b, acima). Moore questiona: o que significa dizer que uma coisa é conteúdo de outra? Analisa o caso concreto de uma flor azul. Seu raciocínio é o seguinte:

a. Azul é parte do conteúdo de uma flor azul.

b. Se afirmamos que azul é parte do conteúdo da sensação de azul então afirmamos que o azul tem para com as outras partes desse todo a mesma relação que o azul tem para com as outras partes da flor.

c. A sensação do azul tem pelo menos outro elemento: a consciência.

d. Se afirmamos que o azul é o conteúdo da sensação de azul então afirmamos que sua relação com a consciência é a mesma relação que o azul tem com as outras partes da flor – não mais do que isto.

e. Tal relação é a relação de uma coisa com suas qualidades.

f. O que implica que se a coisa existe então as qualidades existirão também.

g. A relação do azul com a consciência seria a mesma do azul com o vidro em uma conta azul ou com a barba em uma barba azul: é a qualidade de uma coisa.

Moore argumenta haver uma ambiguidade no sentido em que “conteúdo” é empregado, e aqui menciona Bradley literalmente:

“O termo ‘conteúdo’ pode ser usado em dois sentidos. Se nós usamos ‘conteúdo’ como equivalente ao que o Sr. Bradley chama de ‘o que’ – se nós queremos dizer com isso o todo do que é dito existir, quando é dito que a coisa existe, então azul certamente não é o conteúdo da sensação do azul: parte do conteúdo da sensação é, neste sentido do termo, aquele outro elemento que eu chamei consciência. A análise desta sensação em ‘conteúdo’ ‘azul’, de um lado e a mera existência de outro, é portanto certamente falso; nela nós temos outra vez a identificação auto contraditória de ‘azul existe’ com a ‘sensação de azul existe’”. (Moore, 1903) p. 448

Moore replica que o azul não é a totalidade da sensação de azul pois a outra parte é a consciência; e que neste caso, a análise da sensação em existência e conteúdo é falsa, pois estamos novamente diante da identificação autocontraditória de azul com sensação de azul.

No outro sentido (*eidós*), sensação contrapõe-se a substância ou matéria. No sentido de *eidós*, conteúdo da sensação contrapondo-se a substância ou matéria. Neste caso, o elemento consciência é comum a todas as experiências como a substância com relação a todas as coisas que são diferentes. Neste sentido azul é *parte* do que existe quando dizemos que a sensação existe; a sensação é uma *coisa* e o azul é qualidade da *coisa*.

Esta *coisa* é o que pensamos quando pensamos em imagem mental. Uma imagem mental é concebida como imagem que se relaciona com aquilo do que a imagem é, como a imagem no espelho relaciona-se com o que é refletido.

Moore refuta esta concepção de conteúdo da sensação com os seguintes argumentos:

1. Não há razão para supor que existam imagens mentais.

2. Não há razão para supor que azul é parte do conteúdo da sensação de azul.
3. Mesmo que haja imagens mentais, nenhuma imagem mental, nenhuma sensação ou ideia é meramente uma coisa deste tipo.
4. Mesmo que o azul seja parte do conteúdo da imagem ou sensação ou ideia de azul, é sempre também relacionado com isso de outra maneira.
5. Esta outra relação é a única que faz da sensação de azul um ato mental de fato.

4. Consequências epistemológicas da percepção: contra o princípio da imanência

Neste ponto, Moore revela o que consideramos o verdadeiro alvo do artigo A Refutação do Idealismo: o ataque ao princípio de imanência.

Se a imagem é de azul, não é concebido que este ‘conteúdo’ tem qualquer relação com a consciência se não aquela que tem com o vidro; ela é concebida meramente como sendo seu conteúdo. E devido ao fato que sensações e ideias são todas consideradas como sendo os todos desta descrição – coisas na mente – a questão: o que nós sabemos? É considerada idêntica à questão: que razão nós temos para supor que existam coisas fora da mente que correspondam aquelas que estão dentro dela? (Moore, 1903) p. 449

A análise positiva de percepção que Moore oferece é a seguinte:

- a. O elemento comum à todas as sensações, que chamou de consciência, é a consciência mesmo: ter uma sensação é estar consciente de algo.
- b. Quando sabemos que a sensação de azul existe, sabemos que temos uma consciência (*awareness*) de azul.
- c. Esta *awareness* não é meramente único e distinto do azul, mas uma *relação* única e distinta com o azul.
- d. A relação de awareness com o azul é o que chamamos de conhecimento.
- e. *Ter consciência do azul é ter consciência de uma consciência do azul.*

Moore portanto afirma, contra Bradley, a existência da relação entre consciência e seu objeto e a autoconsciência (consciência da consciência de azul). E conclui:

É possível, eu admito que minha ciência seja azul tanto quanto ela seja de azul: mas o que eu tenho plena certeza é de que ela é de azul; que ela tem com o azul a simples e única relação cuja existência somente já nos justifica a distinção entre conhecimento da coisa da coisa conhecida, e de fato distinguir mente de matéria. (Moore, 1903) p. 450

E aqui entramos no terreno do surpreendente: Moore sai da análise lógica conforme exposta na seção I, para a fenomenológica exposta na seção II, para concluir pela separação mente-matéria, e prosseguir contra o imanentismo. Que isto é o que pretendia desde o início ele mesmo confessa:

E o que minha análise da sensação foi desenhada para demonstrar é, que sempre que eu tiver uma mera sensação ou ideia, o fato é que eu estou ciente de algo que, igualmente e no mesmo sentido não é um inseparável aspecto da minha experiência. (Moore, 1903) p. 451

Isto porque, se o idealista sustenta que as coisas, para existirem, devem ser aspectos inseparáveis de *alguma experiência*, devem admitir a existência de ao menos uma coisa que não é aspecto inseparável de sua própria experiência, a saber, as outras mentes de cuja experiência as coisas são objetos inseparáveis quando eles não as estão experienciando.

Finalmente, a tese contra o princípio da imanência assim se apresenta:

Não há, portanto questão de como “sair do círculo de nossas próprias ideia e sensações”. Meramente ter a sensação já é estar fora daquele círculo. Significa conhecer algo que é tão verdadeiramente e realmente não uma parte da minha experiência, quanto qualquer coisa que eu jamais conhecer. (id. ib.)

O nosso foco foi jogar a luz do diálogo com Bradley e da tensão entre lógica e fenomenologia sobre os aspectos menos iluminados do artigo de Moore. Acreditando ter evidenciado o primeiro aspecto, deixamos o segundo para as considerações finais.

5. Considerações finais: a tensão entre lógica e fenomenologia

A guinada que Moore faz, partindo de uma refutação lógica do *esse é percipi* (mostrada na seção II) para uma análise fenomenológica da percepção (mostrada na seção III) é justificada, em nossa interpretação, pelo ambicioso objetivo de alcançar um argumento que refutasse o princípio de imanência, conforme mostrado na seção 4.

Nosso argumento neste estudo é o de que para concluir – ao contrário do que Moore, ironicamente, declara repetidas vezes – por algo *realmente importante* como nosso acesso a um mundo diferente de nossa mente – seja qual for sua natureza última – Moore não pode ater-se a uma argumentação puramente lógica, e usa Bradley como debatedor para contrapor-se ao princípio da imanência.

Ater-se a um raciocínio puramente lógico para enfrentar o princípio da imanência seria, mal comparando, *algo como* engendrar uma prova lógica da existência de Deus (que foi, diga-se de passagem, a saída do inventor do problema). Moore precisa mais do que isto e vai buscar numa concepção de percepção o reforço de que precisa.

Referências Bibliográficas

- BRADLEY, F. H. (1893). Consciousness and experience. *Mind*, 2(6), 211-216.
- _____. (1899). *Appearance and reality: a metaphysical essay*. Macmillan.
- MOORE, G. E. (1903). The refutation of idealism. *Mind*, 433-453.
- PASSMORE, J. (1966). *A hundred years of philosophy*. London: Duckworth London.
- VAN DER SCHAAR, M. (2013). GF Stout and Russell's Earliest Account of Judgement. In M. Textor (Ed.), *Judgement and truth in early analytic philosophy and phenomenology* (pp. 137). Houndmills: Palgrave MacMillan.

Universidade Católica de Petrópolis
Centro de Teologia e Humanidades
Rua Benjamin Constant, 213 – Centro – Petrópolis
Tel: (24) 2244-4000
synesis@ucp.br
<http://seer.ucp.br/seer/index.php?journal=synesis>



AMATUCCI, M. Diálogo com Bradley em A Refutação do Idealismo de Moore. *Synesis*, v. 7, n. 2, dez. 2015. ISSN 1984-6754. Disponível em: <http://seer.ucp.br/seer/index.php?journal=synesis&page=article&top=view&path%5B%5D=909>. Acesso em: 30 Dez. 2015.
